

ASSENTAMENTOS RURAIS E PRODUÇÃO CAMPONESA – O DESAFIO DA CONSTRUÇÃO DE NOVAS TERRITORIALIDADES

Marleide Maria Santos

Doutoranda em Geografia e Membro do grupo de pesquisa Estado, Capital, Trabalho e as Políticas de Reordenamento Territoriais - Universidade Federal de Sergipe
Av. Adélia Franco, 3720, Luzia - Aracaju-SE/Brasil. CEP: 49040-020
marlasantos@infonet.com.br

1. Introdução

A história do desenvolvimento do capitalismo assinala-se por constantes e cada vez mais complexos processos de expansão e concentração do capital e, por conseguinte, sucessivas modificações e repercussões nos mais diversos aspectos do espaço geográfico.

O processo de internacionalização da economia brasileira a partir de meados do século XX, no contexto do capitalismo mundializado se reflete também no campo através de profundas transformações, ressaltando-se a constituição de uma agricultura tipicamente capitalista ao mesmo tempo em que se dá a manutenção e/ou recriação do campesinato. A construção da territorialidade camponesa a partir do crescimento do número de assentamentos rurais é fruto, sobretudo, da resistência organizada de parcela de trabalhadores, indo além do universo da existência camponesa. Insistem com suas ações e práticas em estabelecer estratégias que viabilizem o acesso e permanência na terra conquistada bem como a reprodução social de suas famílias.

A concentração da terra continua como problema estrutural da sociedade brasileira, justificando a urgência de uma reforma agrária que contemple os anseios dos que fazem os movimentos sociais ligados à questão agrária e que não se coadunam com o projeto que vem sendo imposto pelo Banco Mundial aos diversos países da África, Ásia e América Latina, particularmente o Brasil a partir dos anos de 1990.

2. Assentamentos rurais – realidade e utopia

O campesinato brasileiro marcado historicamente, por um lado, pela inacessibilidade à terra e por outro, pela luta para entrar nela, evidencia significativas diferenciações e especificidade geográfica.

O processo de desenvolvimento capitalista gera naturalmente e inevitavelmente a expropriação e a exploração “(...) ao mesmo tempo em que esse desenvolvimento avança reproduzindo relações específicas e contraditoriamente, relações camponesas de produção” (Oliveira 2001, 73). A partir da década de 1950, o Brasil adere à estratégia da chamada modernização conservadora que se enquadra perfeitamente no modelo econômico do país: capitalista, dependente, excludente e estreitamente ligado às profundas mudanças econômicas ocorridas no mundo a partir do término da Segunda Guerra Mundial. Ao desencadear ações modernizantes para o campo a partir da década de 1960, a proposição governamental acentua a sujeição da renda da terra à acumulação capitalista, conservando e até reforçando a secular concentração da estrutura fundiária.

A concentração de terras reforçada por esse modelo contribuiu para acentuar a miséria e produzir tensões materializadas na eclosão de conflitos e movimentos sociais com variadas formas de organização e diferentes formulações ideológicas, aparecendo como principal referência no período a organização das Ligas Camponesas.

Com o Golpe Militar de 1964 - que teve entre seus intentos despolitizar a questão agrária – até meados de 1970, há um refluxo nas manifestações da sociedade civil organizada justificada por uma severa política de repressão e perseguição.

A implantação de vários programas governamentais destinados ao campo se dava no sentido de diminuir e/ou sufocar as pressões daí oriundas. Nesse sentido a atuação do Estado se caracteriza também em termos de extensão da legislação e serviços sociais às populações rurais e do controle das instituições sindicais pelo governo.

Para o Nordeste, os projetos de irrigação realizados pela Companhia do Vale do São Francisco – CODEVASF, levaram a uma série de conflitos para os trabalhadores das regiões desapropriadas. Em Sergipe “(...) a compra da Fazenda Betume foi realizada através de um contrato no qual o dono somente reconhecia a existência de 60 trabalhadores quando na realidade 600 famílias estavam morando na Fazenda”. (Sorj 1986, 101). Esse fato gerou um dos mais sérios conflitos registrados nesse estado, que foi a luta dos meeiros de arroz expulsos das terras que ocupavam às margens do Rio São Francisco para dar lugar à implantação do projeto de irrigação Betume.

O mesmo autor analisando a atuação do Programa de Desenvolvimento de Áreas Irrigadas do Nordeste – POLONORDESTE (1974), aponta que esse programa transformou-se em mecanismo de projetos de modernização agrícola, (entenda-se tecnificação), que resultou na expulsão da população já estabelecida.

Esse quadro, diretamente vinculado à reestruturação econômica e ao reajustamento social e político que marcaram as décadas de 1970 e 1980 estabeleceram as condições para a conformação de um regime de acumulação flexível que se impõe e está associado a um novo sistema de regulamentação política e social específica (Harvey 2005). Nesses novos arranjos que constituem o cenário mundial, o Estado assume importante papel ao promover a flexibilidade concedendo subsídios indiscriminados a grandes empresas, permitindo aos empregadores um controle cada vez maior sobre a força de trabalho com sérias e negativas implicações na estrutura dos processos do mercado e do trabalho. Estratégia conservadora, apresenta-se como progressista; “restauração do passado no que às vezes tem de mais arcaico (...) faz passar regressões e retrocessos por reformas ou revoluções” (Bourdieu 2004, 41).

O desdobramento territorial da reestruturação produtiva do capital no campo tem revelado o conteúdo das ações do capital e do Estado para a classe trabalhadora: intensificação da mecanização, política de desenvolvimento em detrimento de Reforma Agrária, políticas compensatórias, novas formas de contratação e de pagamento (Thomaz Júnior 2002).

Essa análise nos permite visualizar a questão agrária, particularmente a luta pela terra e pela Reforma Agrária como produto de uma complexa trama de

relações que envolvem uma gama de trabalhadores integrantes ou não dos movimentos sociais, articulados ou não aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs). Santos (1987) analisa as implicações desse processo na cultura do indivíduo e dos grupos, ressaltando que a desterritorialização é também desculturalização, associando as migrações à alteração do modo de vida, desenraizamento e todas as dificuldades impostas pela nova realidade.

É nesse contexto, que nos anos de 1980, no Brasil, ocorre a retomada das manifestações populares e novas formas de organização trazem à tona o processo de organização dos trabalhadores rurais. Emergem várias frentes de luta em partes diferentes do país que, nos últimos anos evidencia uma acirrada disputa em torno da questão fundiária. Em meio a ocupações de terra, conflitos, ações de extrema violência, mas também da criação e consolidação de assentamentos rurais, a demanda por Reforma Agrária obteve reconhecimento social e político, ao mesmo tempo em que foram se delineando parâmetros legais e institucionais, garantindo que as intervenções para as efetivas desapropriações se restringissem a área e situações específicas.

Stédile (2003) afirma que todas as famílias assentadas nos últimos anos passaram por algum processo de luta social. No entanto, a implantação dos assentamentos rurais não significa a realização da Reforma Agrária. A política de redistribuição de terra adotada pelo Estado brasileiro não é acompanhado de mecanismos necessários a uma reprodução social compatível com os anseios dos que empreendem essa luta.

A área na qual encontram-se os assentamentos de Reforma Agrária focados na pesquisa (1998 – 2000) (Ilha do Ouro, Monte Santo, Cuiabá, Queimada Grande e Bom Jardim), corresponde ao chamado Sertão Sergipano do São Francisco que apresenta, segundo dados da INCRA (2005) a maior concentração fundiária do estado de Sergipe e, desde o final dos anos de 1970, onde tem se dado o maior número de conflitos envolvendo trabalhadores rurais. A organização dos mesmos, até a chegada do MST no estado (1986) e as primeiras ocupações, tiveram como principal mediação a Diocese de Propriá através da Pastoral da Terra, do Movimento de Educação de Base–MEB, das Comunidades Eclesiais de Base–CEBs e ainda, de alguns Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR) na área. (Lopes, 1997; Santos,

1999). As CEB's assumiram um papel relevante a exemplo do que aconteceu em outras partes do país, na medida em que multiplicavam-se e atraíam as comunidades rurais empobrecidas a nova utopia de libertação. (Scherer-Warrem 1996)

Estas comunidades de base aparecem como lugar social onde os trabalhadores despertavam e aprendiam a construir e conquistar o seu próprio espaço, contribuindo para a politização e o surgimento de movimentos sociais. Para Fernandes (1996, 72) "as CEB's tornaram-se lugares de reflexão, o espaço de socialização política, onde o objetivo do trabalho pastoral era a conscientização acerca da realidade dos participantes. Esses lugares são transformados em espaços de liberdade uma vez que ali se podia falar, ouvir e pensar". Esse aspecto contribuiu decisivamente para que as primeiras ocupações de terra e a formação dos primeiros assentamentos rurais em Sergipe tivessem como palco, municípios do sertão nos quais a atuação da Igreja era marcante. Ressalta-se que essa parcela da Igreja Católica tinha como referência as orientações e princípios da Teologia da Libertação em sua meta de buscar mecanismos que possibilitem a libertação de grande parte do povo latino-americano, submetido a situações de opressão, miséria e não-cidadania.

Um desses mecanismos consiste em incentivar as comunidades rurais e de periferias urbanas a um efetivo engajamento nos movimentos sociais, pautado no princípio da participação como condição necessária para a libertação gradual e integral dos povos oprimidos. Aí está embutida a utopia dessa teologia, intimamente relacionada às inovações nas formas de organização e de lutas no campo, com a introdução de novos processos políticos entre as classes subalternas, como a participação direta das bases em grupos de reflexão e em assembleias deliberativas, direito à diversidade e respeito à individualidade.

A Fazenda Ilha do Ouro, com 1320 ha., situada no município de Porto da Folha, a 197 km da capital era ocupada por algumas dezenas de famílias que trabalhavam com meeiros de arroz há mais de dez anos nesse imóvel, submetidas a relações de trabalho marcadas por profunda exploração. O responsável pela administração do imóvel, que era caracterizado como condomínio, estava sendo acusado e questionado pelos demais condôminos na justiça. Alegavam não receberem do Administrador os rendimentos proporcionados pelo trabalho dos meeiros e que lhes

eram devidos. A tramitação de várias ações cíveis movidas por alguns condôminos com acusações recíprocas a respeito do uso e domínio do imóvel, foi acompanhada pelas notícias da possibilidade de sua desapropriação pelo INCRA, tendo em vista a reforma agrária. Esses fatos motivaram a sua ocupação por oitenta e seis trabalhadores rurais (início de 1986), expulsos dias depois por ordem judicial.

Por três vezes sofreram ação de despejo com investidas da polícia. Como a grande maioria residia em povoados próximos ao imóvel logo retornava. Os que moravam no próprio imóvel ficavam em casa de parentes. O processo de organização da ocupação foi coordenado por membros da Pastoral da Terra e do MEB, que empreenderam o trabalho de arrecimação dos ocupantes. Destaca-se, também, a participação de algumas mulheres que trabalhavam na fazenda. “Agente trabalhava de meeiro e a situação era cada vez pior. Viviam só para pagar aos donos das terras. Lá nas reuniões da Igreja se aprendia muita coisa. Falava das injustiças e que a gente podia mudar. Bastava se unir e se organizar” (Assentada da Ilha do Ouro, 1998).

De fato, a frequência maior às reuniões das CEBs era inicialmente de mulheres. Foram elas que incentivaram os demais trabalhadores a participar da mobilização para a ocupação. Outro trabalhador confirma a força recebida das mesmas: “elas iam muito a Igreja e foi quem trouxeram a novidade para nós” (Assentado da Ilha do Ouro, 1998)

A desapropriação do imóvel ocorreu em dezembro de 1986, tendo o INCRA oficializado a criação do projeto de assentamento, em 26 de maio de 1987.

Com o recrudescimento das condições de trabalho e o desemprego, os conflitos se intensificam e a resistência dos trabalhadores envolvidos nos mesmos resultam em outras ocupações e conquista de novas áreas. Em 24 de outubro de 1987 ocorreu a ocupação da Fazenda Monte Santo, poucos dias após a publicação do decreto 2363 de 21 de outubro do mesmo ano, que proibia a desapropriação para fins de reforma agrária de propriedades localizadas no Nordeste com área inferior a 500 ha. O imóvel, praticamente abandonado antes da ocupação, está localizado no município de Gararu, ocupando uma área de 1003 ha. Segundo informações do próprio INCRA, não estava cumprindo a sua função social. Valendo-se do Decreto acima citado, a

família proprietária da Fazenda, estabelece, estrategicamente, o desmembramento da mesma em seis partes, ficando livre do processo de desapropriação para fins de reforma agrária, um dos motivos pelos quais as cento e vinte famílias que ocuparam a área enfrentaram um longo processo de luta até alcançarem a criação do Assentamento Monte Santo em abril de 1991; foram instaladas quarenta famílias das cento e vinte que participaram da luta. No decorrer do período de mais de quatro anos, os trabalhadores foram submetidos a quatro despejos por ordem judicial, violência policial, privações, prisões etc, mesmo com a desapropriação do imóvel.

Ressalta-se que foi no decorrer da luta pela Fazenda Monte Santo, que o MST inicia suas atividades em Sergipe, somando-se ao trabalho desenvolvido pela Igreja na Diocese de Própria.

As conquistas dos assentamentos ampliam a dimensão da própria luta. A partir destas, outras áreas a serem ocupadas passam a representar novas possibilidades de territorialização desses sujeitos sociais, que assumem na realidade, desafios prescindindo cada vez mais de uma melhor articulação e organização.

Os relatos das experiências de alguns dos que fazem esses assentamentos revelam o empenho tenaz que caracteriza a luta pela terra e as dificuldades com que se deparam na nova condição de assentados. Ficam evidenciadas as contradições existentes entre a utopia de vida comunitária que perpassa a vivência do período do acampamento e as relações que precisam estabelecer a nível interno e com as instituições e agentes que representam o poder público, no sentido de organizar seu cotidiano na nova situação. Para Scherer-Warren (1996, 27), “a utopia implica uma crítica profunda das atuais condições sociais de vida; um projeto de mudança como contraposição e melhoria da situação presente”.

A conquista da terra após o processo de luta (às vezes longo) coloca os trabalhadores em uma situação de certa maneira nova. Deixa de existir o perigo de despejo ao qual estavam submetidos, desaparece a figura do patrão, da polícia e dos “jagunços” e o trabalhador passa a responder por uma unidade produtiva. Além do mais a organização interna é influenciada diretamente pela atuação de órgãos governamentais gestores da política fundiária no estado – INCRA, CODEVASF, Banco do Nordeste – através da elaboração de projetos e criação de associações. Estas

passam a ser avalistas, tornando-se indispensáveis para que os assentados tenham acesso aos benefícios dos programas assistenciais e creditícios.

Nesse sentido, a presença das associações criadas nos projetos de assentamentos podem ser vistas como formas mais ou menos sutis de controles sobre os trabalhadores. Este aspecto é enfatizado por Leite (1997, 167) “Essas formas de controle são por excelência (...) produtos de tensões e disputas internas”.

Integrantes do Projeto Cuiabá (Canindé do São Francisco) deixam claro essa tendência. “No acampamento o nosso grupo era mais unido. Agora tem muito problema de convivência. Tem gente que nem vai mais se reunir porque não tá satisfeito com o líder da associação” (Canindé do São Francisco 1998). Boa parte dos assentados entrevistados deixa transparecer certa insatisfação com o modelo organizativo que as associações representam, evidenciando uma divisão interna que é apontada como negativa para todos. Por outro lado, os que estão à frente das associações atribuem as dificuldades e a insatisfação de parte dos assentados à morosidade e à falta de vontade política dos governantes tendo em vista que muitas vezes os projetos elaborados pelas associações e já aprovados, não são viabilizados por falta de financiamento em tempo hábil.

Desse modo, a constituição dessas organizações não tem sido uma iniciativa ou opção consciente dos trabalhadores nem tem favorecido o desenvolvimento dos laços de cooperação e solidariedade estreitados enquanto acampados. Acrescenta-se a ênfase dada ao aspecto econômico, inclusive por força das políticas públicas que têm colocado em segundo plano, outras dimensões da vida dos assentados como educação, saúde e lazer, fundamentais no processo de aglutinação de esforços e compartilhamento da vida no assentamento.

Um dos coordenadores do MST no Sertão de Sergipe chama a atenção para a importância dos cursos de formação organizados pelo Movimento, destacando o incentivo ao estudo e à troca de experiências entre os assentados. Referindo-se à produção camponesa Martins (1997) indica que já existe uma base e uma cultura de cooperação e de divisão cooperada de trabalho que possibilita - como também propõe o MST para os assentamentos - realizar uma cooperação não só econômica, mas também de solidariedade comunitária revigorada.

De fato, esse germe de cooperação se materializa quando os laços de amizade e de compadrio estimulam a ajuda mútua. Isso ocorre quando, em caso de doença ou de necessidade de conclusão do trabalho para a fase de plantio ou colheita e, principalmente, quando o sentido da possibilidade de construção de outras formas de produção/vida no campo faz com que se unam e se dediquem a práticas de trabalho cooperados ou comunitários. Nesse sentido torna-se fundamental a compreensão de que, embutida nos valores intrínsecos ao camponês existe uma ordem moral diferente daquela que orienta a sociedade de mercado (Martins 1996; Woortemann 1990; Bombardi 2004).

Nos cinco projetos de assentamentos incluídos na pesquisa, algumas atividades são desenvolvidas tendo por base a cooperação mútua no sistema de mutirão como o conserto e construção de cercas, limpeza de tanques e do roçado para o plantio ainda que seja o trabalho com a família, no seu próprio lote a forma predominante de obter a reprodução social do grupo.

É interessante observar também as comparações efetuadas entre a vida que levam na condição de assentados com aquela vivida pelos filhos que estão nas “cidades grandes” ou ainda, com a experiência vivenciada por alguns que retornaram ao campo: “com a terra e um pouco de condições, a gente trabalha, se ajuda e mora bem. E nas cidades grandes?”

Um outro assentado, confirma: “Aqui na roça, por menos que a terra dê a gente cria uma galinha, uma vaquinha que já dá o leite, colhe o milho, o feijão. Além disso a escola para as crianças é aqui mesmo no projeto. Na cidade, trabalhei de pedreiro, isso quando achava serviço; passei muita necessidade...”. (Assentamento Cuiabá).

As citações trazem alguns elementos relevantes para o contexto de vida do trabalhador rural que tem ou teve de alguma forma relação com o cotidiano da grande cidade. A realidade do desemprego, e de outro estilo de vida reforça o sentido da terra como possibilidade de maior segurança e de uma condição de vida relativamente melhor do que aquela da cidade e pode ser encarada como motivações que atraem o ingresso de outros trabalhadores, engrossando as fileiras dos movimentos sociais que lutam na cidade e no campo pela Reforma Agrária.

É oportuno lembrar que desde 1990 está em curso uma ofensiva política do Banco Mundial (BM) no setor agrário que traz em seu bojo uma concepção de reforma agrária contrária à luta histórica que envolve os setores organizados e democráticos da sociedade. Pereira (2005) enfatiza que essa política não está descolada dos processos econômicos e políticos mais abrangentes estabelecidos pelo ajuste estrutural impulsionado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Ressalta-se, que no Brasil, a partir de 1996, as políticas voltadas para as questões agrárias estão afinadas com as propostas do BM. Alguns estudos destacam como motivações para essa política, a oportunidade de despolarizar o tratamento do problema agrário, a necessidade de dar respostas aos conflitos agrários e movimentos sociais com o objetivo de garantir a segurança do capital. Rosset (2004) aponta três fatores básicos que justificam a mudança na opção política do Banco Mundial nos últimos quinze anos que passou a priorizar a questão da terra: a constatação (a partir de uma série de estudos) de que nos países onde a distribuição de terra é muito desigual, as taxas de crescimento econômico – tão caras aos preceitos desta instituição – não são satisfatórias; daí a implementação de ações que promovam alguma redistribuição desse bem. Um segundo fator diz respeito aos modestos investimentos privados no campo em países da América Latina, Ásia e África que precisam de atrativos para estimular o fluxo de investimento privado. Ainda um terceiro fator de caráter meramente retórico é o discurso da necessidade da redução da pobreza. É evidente que a versão de “reforma agrária” do BM é basicamente a abordagem neoliberal do mercado aplicado a terra, distante do sentido que os movimentos sociais ou o uso histórico do termo representam.

É imprescindível, portanto, não perder de vista a necessidade e a atualidade da reforma agrária articulada a concepções que vêem como fundamental a construção de um outro modelo de desenvolvimento que inclua novas alternativas de apropriação e uso da terra.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ocupações de terra, a formação dos acampamentos e a constituição dos projetos de assentamentos rurais em várias partes do país externam múltiplas experiências que evidenciam, por um lado, a emergência e a consolidação do MST como principal ator político da reação organizada dos trabalhadores rurais e por outro, a gravidade da questão agrária que envolve, sobretudo, o aspecto fundiário, as relações de trabalho, de produção e de comercialização.

A forma como tem ocorrido a construção de novas territorialidades no Sertão Sergipano do São Francisco, evidencia o potencial contido nos diversos agentes sociais presentes e atuantes naquela microrregião. A ampliação da participação desses agentes é decisiva para a organização e adesão dos trabalhadores rurais excluídos não só do processo de produção, mas também da construção de uma sociedade mais democrática.

O empenho dos trabalhadores que formam os movimentos sociais no campo e as entidades a eles ligadas, não obstante as contradições, avanços e descompassos que ocorrem no desenrolar das lutas e na vida dos assentamentos, revela um aspecto da maior importância que é o exercício da cidadania inserido, sobretudo, no processo educativo.

Esse processo passa pela tentativa de desenvolver e aplicar uma pedagogia voltada à problemática atual do meio rural em nosso país, alcançando também a formação política e capacitação técnica como meios potentes e necessários à continuidade da luta e sobrevivência dos próprios movimentos.

Apesar dos limites inerentes aos movimentos sociais e daqueles que participam dos mesmos, é inegável a potencialidade embutida nas formas de organização e iniciativas políticas dos trabalhadores rurais. A contribuição resultante desse fato, é uma realidade que tem repercutido no nível de conscientização de

significativa parcela desses trabalhadores, como também no processo de construção do espaço geográfico, sempre em movimento.

Essas experiências recolocam a problemática agrária em novas bases, considerando que o avanço do capitalismo no campo, o processo de urbanização, a modernização das tecnologias, no bojo da mundialização do capital e ainda a política de reforma agrária do Banco Mundial, trouxeram uma complexidade maior à questão.

Tal constatação, assimilada pelos movimentos sociais de trabalhadores rurais e entidades que lhes prestam apoio, fez com que fosse incorporado um novo significado de reforma agrária. Além da democratização do acesso à terra como base fundamental para a modificação da estrutura da propriedade, inclui a garantia de viabilizar a produção e o trabalho, visando o bem-estar social.

Esse sentido de reforma agrária também ressalta e incentiva a difusão da prática de valores humanistas e socialistas como fator importante no fortalecimento do campesinato.

A reforma agrária, portanto, persiste como símbolo e bandeira de luta, idéia-força, identidade social permeada de conteúdo político e simbólico incorporada à prática política dos movimentos sociais no campo, que possibilita a resistência e recriação do campesinato em suas variadas formas.

REFERÊNCIAS

Bombardi, Larissa Mies. 2004. *O bairro reforma agrária e o processo de territorialização camponesa*. São Paulo: Annablume.

Bourdieu, Pierre. 2001. *Contrafogos 2*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Fernandes, Bernardo Mançano. 1996. *MST. Formação e territorialização*. São Paulo: Hucitec.

Harvey, David. 2005. *A condição pós-moderna*. 14. ed. São Paulo: Loyola

Leite, Sérgio. 1997. *Assentamentos rurais no Brasil*. In: *A reforma agrária e a luta do MST*. Petrópolis: Vozes.

Lopes, Eliano S. Azevedo(coord.). 1997. *Na linha do tempo: um olhar sobre os assentamentos rurais do estado de Sergipe*. Aracaju: FINEP/CPDA/UFRJ.

Martins, José de Souza. 1997. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus.

_____, 1996. *O cativo da terra*. São Paulo: Hucitec.

Oliveira, Ariovaldo Umbelino de. 2001. *A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro*. In: Carlos, Ana Fani Alessandri et alli (orgs.) *Novos caminhos da geografia*. São Paulo: Contexto.

Pereira, João Márcio Mendes. 2005. *A política agrária do Banco Mundial no início do século XXI. Ofensiva neoliberal em marcha acelerada*. Disponível em: < <http://resistir.info/>> Acesso em 15 de ago. 2005.

Rosset, Peter. 2004. *O bom, o mau e o feio: a política fundiária do Banco Mundial*. In: Martins, Mônica Dias (org.) 2004. *O Banco Mundial e a terra. Ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia*. São Paulo: Viramundo, 16 – 24.

Santos, Marleide Maria. 1999. *O sertão sergipano do São Francisco e os movimentos sociais no campo*. Aracaju: NPGEU/UFES.

Santos, Milton. 1987. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel.

Scherer-Warren, Ilse. 1996. *Redes de movimentos sociais*. 2. e.d. São Paulo: Loyola.

Stédile, João Pedro. 2003. A proposta do MST. *Caros Amigos*, nº 18, setembro de 2003, São Paulo, 4 – 6.

Thomaz Júnior, Antônio. 2002. Reestruturação produtiva do capital no campo no século XXI e os desafios para o trabalho. São Paulo: Annablume/Fapesp.

Woortman, Klaas. 1990. Com parente não se neguceia: o campesinato como ordem moral. In: *Anuário Antropológico/87*. Brasília/Rio de Janeiro. 11-73